

ILUSTRÍSSIMA SENHORA PREGOEIRA DO SENADO FEDERAL

Assunto: Pregão Eletrônico nº 82/2023. Recurso contra habilitação.

FUNDAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DAS ARTES E DA COMUNICAÇÃO – FUNDAC, pessoa jurídica de Direito Privado sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ sob nº 03.349.489/0001-08, com sede na Rua Dona Elisa Fláquer, nº 70, sala 33, 3º andar, Centro, CEP 09020-160, vem respeitosamente perante Vossa Senhoria, por intermédio de seu Advogado, com base nos fundamentos de fato e de direito que passa a esposar, interpor o seguinte:

RECURSO CONTRA HABILITAÇÃO

1. A habilitação da empresa PLANSUL PLANEJAMENTO E CONSULTORIA LTDA deve ser REVOGADA, uma vez que contraria o edital do PE 82/2023 e a legislação de regência, conforme passamos a demonstrar.
2. ILEGALMENTE, a PLANSUL se valeu de desoneração tributária em sua folha de pagamento como mecanismo econômico para se sagrar vencedora no certame, o que não poderia ter sido admitido pela Administração.
3. Com efeito, em sua proposta a PLANSUL aplicou 1,5% a título de contribuição previdenciária sobre a receita bruta, utilizando-se do CNAE 6021-7/00 – “Atividades de televisão aberta”.
4. Todavia, a atividade econômica principal da PLANSUL está enquadrada no CNAE 78.30-2-00 – “Fornecimento e gestão de recursos humanos para terceiros”, que não justifica a desoneração.
5. Neste tocante, ressalta-se que a PLANSUL somente poderia utilizar o benefício tributário da desoneração se sua atividade principal fosse enquadrada no CNAE 6021-7/00 – “Atividades de televisão aberta”, o que não se verifica em seu CNPJ.
6. **APENAS E TÃO SOMENTE A ATIVIDADE PRINCIPAL DÁ ENSEJO À DESONERAÇÃO**, conforme **SOLUÇÃO DE CONSULTA DISIT/SRRF04 Nº 4022, DE 18 DE AGOSTO DE 2017**:

ASSUNTO: CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS
PREVIDENCIÁRIAS. CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA SOBRE
A RECEITA BRUTA (CPRB) – SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA –
FOLHA DE PAGAMENTO – ATIVIDADE PRINCIPAL –
RETENÇÃO – COMPENSAÇÃO – ENQUADRAMENTO NA CNAE.

Para fins de enquadramento da atividade econômica principal da empresa (CNAE principal) deve ser considerada aquela de maior receita auferida ou esperada, sendo receita bruta auferida a apurada no ano-calendário imediatamente anterior e receita bruta esperada a prevista

para o ano calendário de início de atividades da empresa, não lhes sendo aplicada a regra da proporcionalização prevista no art. 9º, § 1º, da Lei nº 12.546, de 2011. **Para fins de aplicabilidade da CPRB em decorrência de enquadramento no CNAE, deve-se considerar somente a atividade econômica principal da empresa, consoante o disposto nos §§ 9º e 10 do art. 9º da Lei nº 12.546, de 2011. Caso apenas atividades secundárias (CNAE secundário) da empresa estejam em algum dos incisos dos arts. 7º ou 8º da Lei nº 12.546, de 2011, não há que se falar em aplicação da contribuição previdenciária sobre a receita bruta, por expressa vedação legal, constante do § 9º do art. 9º da lei.**

SOLUÇÃO VINCULADA À SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 10 - Cosit, de 30 de janeiro de 2015 (Publicada no DOU de 06/02/2015, seção 1, pág. 18).

Dispositivos Legais: Inciso VII do art. 7º e art. 9º da Lei nº 12.546, de 14 de dezembro de 2011; art. 117 da Instrução Normativa (IN) nº 971, de 13 de novembro de 2009; art. 2º da Medida Provisória – MP nº 774, de 30 de março de 2017; art. 17 da Instrução Normativa (IN) RFB nº 1.436, de 30 de dezembro de 2013.

ASSUNTO: CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS PREVIDENCIÁRIAS Ementa: Não produz efeito a consulta formulada quando o fato estiver disciplinado em ato normativo publicado na Imprensa Oficial antes de sua apresentação.

Dispositivos Legais: Decreto n.º 70.235, de 6 de março de 1972; inciso XII do art. 18 da Instrução Normativa (IN) RFB nº 1.396, de 16 de setembro de 2013.

Consulta Parcialmente Ineficaz.

7. Como se observa às páginas 409 a 413 dos documentos de habilitação da PLANSUL, sua atividade principal é FORNECIMENTO E GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS, como, inclusive consta na NOTA 1: CONTEXTO OPERACIONAL das Notas

Explicativas às Demonstrações Contábeis do Exercício findo em 31 de dezembro de 2022. Assim, frisa-se, a PLANSUL não poderia ter se utilizado de CNAE relativo à atividade econômica secundária, a saber, CNAE 6021-7/00 – “Atividades de TV Aberta”, para uso de desoneração tributária em sua proposta de preços, uma vez que tal benefício só poderia ser utilizado se essa fosse sua atividade principal, o que não é o caso.

8. Não bastasse isso, outra manobra ilegal da PLANSUL para vencer a licitação foi utilizar o CNAE 63.11-9-00 – “Tratamento de dados, provedores de serviços de aplicação e serviços de hospedagem na internet” para calcular um FAP menor do que deveria ser calculado com base no CNAE 78.30-2-00 – “Fornecimento e gestão de recursos humanos para terceiros”, que corresponde à sua atividade principal. Ora, a PLANSUL deveria calcular o FAP relativo à sua atividade principal e não à sua atividade secundária, havendo aqui o mesmo vício que torna ilegal o uso da desoneração tributária.

9. Deste modo, estando a proposta da PLANSUL contaminada pelo USO ILEGAL DE BENEFÍCIO TRIBUTÁRIO, não deveria ter sido aceita, pois a ilegalidade que a macula constitui vício insanável, nos termos do art. 59, inc. I, da Lei nº 14.133/2021, e da regra 11.2.4, “a”, do edital do PE 82/2023.

10. Por outro lado, a observação da experiência quanto às contratações celebradas pelo Senado Federal revela que as regras editalícias estabelecidas pela Casa não têm sido suficientes para evitar o FAVORECIMENTO da empresa PLANSUL nos processos licitatórios, que, como visto, se vale ilegalmente de desoneração tributária para vencer os certames. Dita experiência revela que a PLANSUL, por meio desse mecanismo ilegal, tornou-se talvez a maior prestadora de serviços do Senado Federal, onde fatura R\$ 77.658.688,03 (setenta e sete milhões e seiscentos e cinquenta e oito mil e seiscentos e oitenta e oito reais e três centavos) por ano em contratos vigentes e onde faturou R\$ 151.156.041,74 (cento e cinquenta e um milhões, cento e cinquenta e seis mil, quarenta e um reais e setenta e quatro centavos) em contratos encerrados licitados e, ainda, R\$ 18.415.407,76 (dezoito milhões, quatrocentos e quinze mil, quatrocentos e sete reais e setenta e seis centavos).

11. É visível que as regras editalícias praticadas pela Casa têm favorecido à PLANSUL, por negligenciarem a prevenção ao uso indevido de desoneração tributária que a leva a vencer talvez a maior parte das licitações no Senado.

12. Por todo o exposto, requer-se o total provimento do presente Recurso, com a REVOGAÇÃO da habilitação da PLANSUL e sua desclassificação do PE 82/2023.

Nestes termos;
Pede deferimento.

Brasília/DF, 22 de setembro de 2023.

DANILO ALEXANDRE MAYRIQUES

OAB/SP 241.336